

--

Marcos Antonio Tavares de Sousa
Engenheiro Civil
Divisão de Infraestrutura e Manutenção Predial - DIMP
Tel.: (91) 4008-5709 / 5697
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Tv. Antônio Baena, 1113 - Bairro: Marco - Belém-PA - CEP: 66093-082

De: "marcos almeida" <marcos.almeida@sudam.gov.br>
Para: "marcos.tavares" <marcos.tavares@sudam.gov.br>
Cc: "edimir.junior" <edimir.junior@sudam.gov.br>
Enviadas: Segunda-feira, 17 de dezembro de 2018 18:29:09
Assunto: Fwd: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2018 Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ó SUDAM

A
Equipe de apoio,

Considerando o trâmite da fase externa do certame em tela, encaminhamos o pedido de impugnação/esclarecimentos da empresa **THYSSENKRUPP ELEVADORES S. A.** para conhecimento e manifestação a respeito dos itens da alçada da área técnica.

Att

Marcos Almeida
Pregoeiro

De: clc@sudam.gov.br
Para: "marcos.almeida" <marcos.almeida@sudam.gov.br>
Cc: "delciney.santos" <delciney.santos@sudam.gov.br>
Enviadas: Segunda-feira, 17 de dezembro de 2018 17:10:43
Assunto: Fwd: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2018 Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia . SUDAM

De: "Marcos Tavares" <tavares.mas@gmail.com>
Para: clc@sudam.gov.br, "marcos almeida" <marcos.almeida@sudam.gov>
Enviadas: Segunda-feira, 17 de dezembro de 2018 18:08:15
Assunto: Fwd: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2018 Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia . SUDAM

Marcos Antonio Tavares de Sousa
Engenheiro Civil
(91) 98356-3500
(91) 99977-9516

----- Forwarded message -----

From: **Suelema Lameira De Souza Esquerdo, Leide** <leide.esquerdo@thyssenkrupp.com>
Date: seg, 17 de dez de 2018 às 17:49
Subject: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2018 Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM
To: marcos.almeida@sudam.gov.br. <marcos.almeida@sudam.gov.br>
Cc: tavares.mas@gmail.com <tavares.mas@gmail.com>

ILMO. SENHOR PREGOEIRO,

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2018,

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA.

THYSSENKRUPP ELEVADORES S. A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 90.347.840/0017-85, com endereço na Rua Roso Danin, nº. 614, bairro Canudos, CEP 66070-410, Belém/PA, através de seu representante legal (procuração anexa), vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no disposto no art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, cumulada com **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

DOS FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

DA SUBCONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE MONTAGEM

Verifica-se do ato convocatório que o mesmo veda completamente a subcontratação de parcelas do objeto, conforme segue:

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 A subcontratação será permitida, após aceitação pela Fiscalização, precedida de pedido formal acompanhada da documentação da empresa a ser SUBCONTRATADA, somente para a execução dos serviços referentes às obras civis necessárias à instalação e montagem dos elevadores, previstos no item 5.2.3.3 deste termo, bem como dos serviços de desmontagem dos elevadores atuais, previstos no item 4.1 deste termo, por tratar-se de serviços acessórios aos demais serviços previstos no objeto deste Termo.

Ocorre que no rol de possibilidades de subcontratação deve ser incluída a montagem do(s) equipamento(s).

Salienta-se que a responsabilidade técnica permanecerá da contratada, bem como que o responsável técnico indicado acompanhará e fiscalizará os serviços. A subcontratação, nesse caso, envolve apenas a parcela da mão-de-obra operacional dos serviços, em nada implicando sobre o resultado final a que a licitante se comprometeu.

Pelo exposto, requer a impugnante que seja acrescido ao rol de possibilidades de subcontratação a parcela referente à mão-de-obra da montagem do(s) equipamento(s).

DA GARANTIA CONTRATUAL

O edital prevê que a contratada deverá apresentar garantia contratual em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, conforme cláusulas abaixo transcritas:

16. GARANTIA CONTRATUAL

16.1 No prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contado da data da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado para execução dos serviços referentes ao item 4.1 e apresentar outra garantia, nos mesmos termos, para execução dos serviços

previstos no item 4.2, a fim de assegurar a sua execução, em uma das seguintes modalidades:

Contudo, a apresentação da garantia neste curto espaço de tempo pode se mostrar inexecutável dependendo da modalidade escolhida pela licitante vencedora.

Exemplificativamente, caso a vencedora opte pela modalidade de seguro garantia, forma usualmente escolhida pelas empresas participantes, a contratada dependerá da assinatura do contrato para encaminhamento da garantia junto à seguradora.

Conclui-se, assim, que é evidentemente inexecutável a obrigação de apresentação da garantia no prazo de estipulado, visto que o contrato assinado é, muitas vezes, condição para obtenção da respectiva garantia.

Dessa forma, para que a obrigação se torne viável, bem como a contratação fique devidamente garantida, é razoável a **concessão do prazo de 30 (trinta) dias** a contar da assinatura do instrumento contratual para apresentação da garantia, independentemente da modalidade escolhida pela parte contratada.

Sendo assim, a ora Impugnante requer seja retificado o ato convocatório, para que conste tempo hábil para apresentação de garantia contratual, tornando a obrigação executável e permitindo a participação do maior número de empresas interessadas no certame.

DO TEMPO DE ATENDIMENTO

Verifica-se que, em caso de **chamados emergenciais**, o atendimento deverá ser realizado em no máximo 30 (trinta) minutos:

5.3.3.2. A manutenção corretiva será prestada mediante solicitação feita pelo Fiscal ou Comissão Fiscalizadora do contrato, em qualquer horário e disponível 24h por dia, tendo início em, no máximo 30 minutos, para o caso em que estiver usuário preso no elevador e 1 hora para demais atividades, sempre contadas a partir da comunicação da ocorrência que se dará via e-mail e/ou contato telefônico.

Ocorre que tal prazo mostra-se **exíguo** ao atendimento dos chamados, em virtude da necessidade de deslocamento da equipe técnica com os respectivos equipamentos até o local. Devem ser consideradas as possíveis **dificuldades inerentes ao trânsito da equipe técnica**, eis que a mobilização desse pessoal é efetuada de forma imediata após o chamado, em virtude da segurança dos usuários dos equipamentos de transporte vertical.

Para que o objeto licitado possa ser atendido na integralidade, com a regular e competente prestação dos serviços de manutenção corretiva nos equipamentos instalados no órgão, sem que haja qualquer problema futuro quanto a eventual impossibilidade de cumprimentos dos prazos de atendimento, importante seja retificado o edital no ponto, com a dilação do prazo para o **máximo de 60 minutos**.

Diante desses fundamentos, tem-se que deve ser retificado o edital, para que conste o **prazo máximo de 60 (sessenta) minutos** ao atendimento dos chamados emergenciais da Contratante, evitando problemas futuros durante a execução contratual.

DA RESPONSABILIDADE POR INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

Em análise ao ato convocatório, verifica-se que este é silente no que tange à responsabilidade por intervenção de terceiros contratados pela Contratante durante o período da contratação objeto desta licitação e posterior período de vigência da garantia dos serviços/peças.

Nesse toar, expressa previsão nesse sentido se mostra indispensável à segurança jurídica dos contratantes, à vista da responsabilidade técnica da contratada sobre os equipamentos que compõe o contrato.

Quando da prestação de serviços de fornecimento/instalação ou manutenção de equipamentos de transporte vertical, o registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA atribui à empresa contratada a total responsabilidade técnica sobre os equipamentos. Assim, a proibição de que terceiros interfiram nos elevadores é imprescindível, haja vista que não pode ser a contratada responsabilizada por eventuais danos ou acidentes que venham a ocorrer em virtude de serviços realizados ou peças trocadas por terceiros alheios à contratação.

Ocorre que a intervenção de terceiros nos equipamentos configura hipótese de exclusão de responsabilidade da empresa sobre os mesmos, visto que não pode sujeitar-se aos fatos decorrentes de atos sobre os quais não possui qualquer gerência ou previsão.

Nessa situação, é inviável a responsabilização administrativa, civil ou penal sobre incidentes envolvendo os equipamentos em que houvesse um terceiro interveniente realizando qualquer tipo de serviço.

Salienta-se, porque relevante, o que exposto *in* Licitações E Contratos - Orientações e Jurisprudência do Tribunal De Contas Da União, 2010 (p. 741):

Direitos e Responsabilidades das Partes

É obrigação da Administração contratante, dentre outras específicas para execução do objeto contratado:

1 permitir acesso dos empregados do contratado ao local de fornecimento do material, execução da obra ou prestação dos serviços;

1 impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato;

(...)

Destarte, a fim de evitar questionamentos futuros acerca do apontamento, inclusive litígios na via judicial, requer-se a inclusão de obrigação à contratante, **coibindo a contratação/permissão de outra empresa para efetuar qualquer tipo de serviço relacionado à engenharia dos equipamentos licitados, bem como a retirada ou colocação de peças sem a expressa autorização da contratada.**

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA

Verifica-se do instrumento convocatório que o prazo de garantia pode ser prorrogado em virtude de interrupções no funcionamento do sistema:

6.2.2. O prazo de validade da garantia será prorrogado caso ocorram interrupções no funcionamento do sistema, devendo o período de prorrogação ser idêntico àquele em que o equipamento permanecer inoperante, sendo que as

paralisações decorrentes de manutenções preventivas, de caso fortuito ou de força maior não serão computadas para fins de prorrogação do prazo da garantia;

Ocorre que a previsão de prorrogação do prazo de validade da garantia em virtude de acontecimentos aleatórios gera grave insegurança jurídica, além de impedir a fixação prévia do termo final de vigência da relação obrigacional.

A mensuração dos momentos de paralisação, a ser realizada juntamente com a análise dos motivos dessa paralisação, não é procedimento objetivo, podendo vir a ocasionar conflitos de difícil resolução.

Assim, a fim de resguardar a segurança jurídica das participantes e a legalidade da contratação, requer seja retificado o edital, com a exclusão do item acima colacionado.

DO ACOMPANHAMENTO PELO RESPONSÁVEL POR DUAS HORAS DIÁRIAS

Observa-se que o item 8.18 prevê a necessidade de permanência do responsável técnico, no local da obra, por 02 (duas) horas diárias:

8.18 A direção técnica dos serviços caberá a profissional habilitado, conforme definido no item 22 deste termo, exigindo-se sua presença por um período mínimo de 2 (duas) horas diárias no local dos serviços previstos nos itens 4.1 e 4.2. Além desse período, a presença do profissional poderá ser solicitada por até mais duas horas diárias, desde requisitada pela Fiscalização com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Ocorre que o responsável técnico é o responsável pela gerência e coordenação da obra, e não pela execução dos serviços, em si. Usualmente, se estabelece um tempo mínimo de visitas periódicas ao local de prestação dos serviços, mas não a permanência em tempo integral.

A manutenção da exigência gerará um acréscimo de custo substancial e desnecessário às propostas de preços a serem formuladas, **desencadeando a onerosidade excessiva da futura contratação.**

Assim sendo, deve ser **eliminada do edital a exigência de permanência do responsável técnico em tempo integral no local da obra**, tendo em vista que tal exigência viola o princípio da economicidade, gerando a onerosidade excessiva e desnecessária da contratação.

DA RESPONSABILIDADE PELA GUARDA DO MATERIAL

Verificou-se que o edital é omissivo em relação a cargo de quem ficará a responsabilidade pela guarda do material licitado durante o período da obra.

Importante referir que a guarda compreende a armazenagem, localização, segurança e preservação do material adquirido, a fim de suprir adequadamente as necessidades operacionais do órgão ou entidade que adquiriu o material e da empresa que estará executando o objeto.

O TCU, *in* Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU^[1], publicou orientação no seguinte sentido:

Deve o gestor estar atento, quando do estabelecimento de quantidades do objeto, às condições de guarda e armazenamento e ao prazo de validade dos produtos em aquisição. Esse cuidado permite que os produtos não se deteriorem e afasta a prática de ato antieconômico.

Importa salientar que a atribuição dessa responsabilidade à contratada gera custos extras, os quais devem ser considerados quando da formação dos preços e formulação das propostas.

Portanto, a Thyssenkrupp Elevadores S.A. requer que a responsabilidade de armazenamento do material licitado seja expressamente definida, garantindo a segurança jurídica dos licitantes e evitando questionamentos futuros acerca da responsabilidade pelos materiais.

DA OMISSÃO QUANTO À ADMISSIBILIDADE DE FATURAMENTO DO MATERIAL COM CNPJ DA MATRIZ

O ato convocatório não dispôs sobre a possibilidade ou vedação de faturamento do material com o CNPJ da matriz quando da participação de filial da empresa no certame.

Esclarece-se que, embora o serviço seja prestado pela filial, quem efetivamente fabricará os equipamentos é a matriz, de sorte que não há razão para que haja impedimento de faturamento da nota fiscal emitida pela matriz quando a filial contratou com o órgão público em questão.

Destaca-se que matriz e filial referem-se à mesma empresa, sendo que a primeira produz e fornece o objeto do certame, devendo faturar o equipamento, enquanto a segunda realizará a entrega e instalação do bem fabricado.

Acerca do tema, o TCU *in* Licitações e Contratos . Orientações e Jurisprudência do TCU^[2] apresenta jurisprudência sobre o caso em questão, assim encerrando a discussão:

(...) Conceitua-se matriz aquele estabelecimento chamado sede ou principal que tem a primazia na direção e ao qual estão subordinados todos os demais, chamados de filiais, sucursais ou agências.

10. Como filial conceitua-se aquele estabelecimento que representa a direção principal, contudo, sem alçada de poder deliberativo e/ou executivo. A filial pratica atos que tem validade no campo jurídico e obrigam a organização como um todo, porque este estabelecimento possui poder de representação ou mandato da matriz; por esta razão, a filial deve adotar a mesma firma ou denominação do estabelecimento principal. Sua criação e extinção somente são realizadas e efetivadas através de alteração contratual ou estatutária, registradas no Órgão competente.

Art. 10. As Entidades domiciliadas no Brasil, inclusive as pessoas jurídicas por equiparação, estão obrigadas a inscreverem no CNPJ, antes de iniciarem suas atividades, todos os seus estabelecimentos localizados no Brasil ou no exterior.

§ 1º Para efeitos de CNPJ, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, móvel ou imóvel, próprio ou de terceiro, em que a Entidade exerça, em caráter temporário ou permanente, suas atividades, inclusive as Unidades auxiliares constantes do Anexo V, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

12. Conclui-se que o CNPJ específico para a filial decorre somente da obrigatoriedade da citada Instrução Normativa, que impõe à todas as empresas a inscrição do CNPJ de seus estabelecimentos. O número do Cadastro Nacional de

Pessoa Jurídica - CNPJ é composto de oito algarismos, separado por uma barra do número de ordem do estabelecimento e, por fim, após o hífen, dois dígitos de controle. Desta maneira, o número do CNPJ da matriz e da filial são iguais até a barra separadora. Em seguida, faz-se a diferenciação entre os estabelecimentos: /0001 é sempre para a matriz; /0002 para a primeira filial; /0003 para a segunda filial e assim por diante. Os demais dígitos são os chamados de dígitos verificadores, específico para cada estabelecimento.

(...)

20. Pelo exposto, tanto a matriz, quanto à filial, podem participar de licitação e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica. *Atente-se, todavia, para a regularidade fiscal da empresa que fornecerá o objeto do contrato, a fim de verificar a cumprimento dos requisitos de habilitação+ (Acórdão 3056/2008 . Plenário. Rel. Min. Benjamin Zymler. DOU de 12/12/2008). Grifo nosso.*

A decisão citada vai ao encontro da tese ora defendida, tendo em vista que aceita o fornecimento do objeto da licitação tanto pela matriz quanto pela filial, tendo em vista tratar-se da mesma pessoa jurídica.

Há que ser salientado que, para a participação da filial, já é imprescindível a comprovação da sua qualificação mediante a apresentação de uma série de documentos, os quais, muitos, em razão da sua natureza, são emitidos no CNPJ da matriz.

O TCU, nesse sentido, proferiu a **decisão TCU nº 679/1997 – Plenário**, dispondo que:

m) evite inabilitar participantes de processos licitatórios em razão somente de diferenças entre números de registro de CGC das respectivas matriz e filiais, nos comprovantes pertinentes ao CND, ao FGTS, INSS e Relação de Empregados, quando a empresa interessada comprovar a centralização do recolhimento de contribuições, tendo em vista a legalidade desse procedimento;

Outrossim, o TCU, no **Acórdão 1.923/2003, Primeira Câmara**, orienta que o contrato deve ser firmado com a vencedora da licitação. Excepcionalmente, quando necessária a execução pela matriz, ela poderá participar do certame, caso haja previsão contratual:

3. Não obstante, pode ser admitida a entrega de bens por filial/matriz, quando essa condição estiver prevista nos atos convocatórios e nos contratos, desde que:

- a . a empresa participante da licitação, na situação de líder, comprove, documentalmente, estar em condições de assumir os compromissos em nome dos demais, inclusive para assinar os respectivos contratos;*
- b . as filiais/matriz envolvidas estejam habilitadas no SICAF;*
- c . constem dos contratos os quantitativos a serem fornecidos por cada filial/matriz, conforme o objeto adjudicado a cada um, e mediante notas de empenho específicas. **(GRIFADO)***

Depreende-se do exposto o reconhecimento de que matriz e filiais integram a mesma pessoa jurídica, tanto o é, que estas comprovarão a sua qualificação à licitação com base nos documentos expedidos sob o CNPJ daquela.

Dessa forma, poderia ser emitida nota fiscal com o CNPJ da matriz, não obstante o contrato seja firmado pela filial, para que a contratada possa cumprir os pressupostos legais que regem a matéria tributária, sem prejuízo da Lei n. 8.666/93.

Ademais, não existe previsão legal que exija a emissão da nota fiscal, exclusivamente, com o CNPJ que constou na proposta de preços. Logo, fazer tal exigência acarretaria em ofensa às prescrições licitatórias e tributárias.

Isso porque o princípio da legalidade é elemento basilar do regime jurídico-administrativo, considerado a "*diretriz básica da conduta dos agentes da Administração*" ^[3]. Assim, não pode o administrador furtar-se ao cumprimento da lei, pois sua liberdade de ação deverá ser balizada inexoravelmente por texto legal.

Aliás, pertinente trazer à baila os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello ^[4], o qual define com clareza que "*o princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina*".

Verifica-se que a liberdade administrativa diferencia-se da civil por ser positiva, ou seja, a lei define claramente os limites da atuação do administrador, enquanto a segunda é negativa, sendo legal todas as ações que não contrariem a lei.

Do ponto de vista licitatório, o artigo 29 da Lei nº. 8.666/93 possibilita, ao participante da licitação, que comprove sua regularidade fiscal com documentação **do domicílio ou da sede**.

Portanto, cabe à proponente a alternativa na apresentação de um ou outro, ou seja, tem a licitante a prerrogativa, autorizada em lei, de apresentar **documentação da sua filial ou da matriz**.

Vale salientar, novamente, que **matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas**, pois representam estabelecimentos diferentes pertencentes à mesma pessoa jurídica (TCU, Acórdão n. 3.056/2008 - Plenário).

Outrossim, temos também que a omissão quanto à possibilidade de **faturamento dos equipamentos/serviços em CNPJs distintos, mas da mesma pessoa jurídica**, acarretam menor interesse no pleito do objeto licitado, prejudicando o princípio da concorrência, tão caro à licitação.

Diante do exposto, sem prejuízo da Lei 8.666/93, requer seja admitido o faturamento dos materiais pelo CNPJ da matriz-fábrica e a instalação e prestação de serviços pelo CNPJ da filial, já que constituem a mesma pessoa jurídica, inexistindo qualquer prejuízo de ordem técnica ou contábil nessa providência.

DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO

O presente edital exige que a empresa vencedora possua em seu quadro técnico profissional Engenheiro Eletricista, conforme dispõe os itens que seguem:

IV-À qualificação Técnica:

c) A licitante deverá apresentar declaração formal que possuirá em seu quadro técnico pelo menos 02 (dois) profissionais de nível superior:

c.1) 01 (um) profissional de nível superior da área "mecânica", com atribuições previstas no Art. 12 da Resolução nº 218/73 do CONFEA, detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), em que se comprove a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, pelo período mínimo ininterrupto de 1 (um) ano, a qualquer tempo, em no mínimo 1 (um) elevador com capacidade de transporte de pelo menos 900 kg e a realização de serviços de instalação de no mínimo 1 (um) elevador com

capacidade de transporte de 900 (novecentos) kg cada.

c.2) 01 (um) graduado em engenharia elétrica, detentor de ART, acompanhada da respectiva CAT, para a execução de projetos elétricos e de aterramento para instalações novas e/ou modernização de elevadores.

No entanto, verifica-se que a parcela de maior relevância do objeto relaciona-se ao fornecimento e instalação de equipamento mecânico (elevador), de modo que as atribuições do profissional responsável técnico remetem apenas à **capacitação em Engenharia Mecânica** e não Engenharia Elétrica.

O profissional Engenheiro Eletricista possui conhecimento de área meramente complementar à parcela de maior relevância do objeto, que trata da instalação de equipamento mecânico.

Desta forma, requer seja retificado o edital no que tange a exigência de responsável técnico Engenheiro Eletricista indicado pela empresa vencedora, mantendo como exigência exclusiva a comprovação de vínculo de profissional Engenheiro Mecânico para fins de responsabilidade técnica.

DA ABRANGÊNCIA DO TREINAMENTO

Verifica-se que o edital em apreço preceitua a responsabilidade da empresa contratada por fornecer treinamento, consoante previsão disposta no item abaixo:

10. TREINAMENTOS

10.1 A CONTRATADA deverá promover, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente à instalação dos Elevadores Social 1 e Serviço, treinamento com um mínimo de 20 (vinte) horas-aula, envolvendo aspectos teóricos e práticos da operação e manutenção dos equipamentos, com a utilização de material didático adequado como manuais, apostilas, esquemas, instruções, desenhos, vídeos etc.

10.2 A documentação técnica do sistema instalado e o material didático relativos ao curso deverão ser entregues pelo menos 4 (quatro) dias antes do início do curso.

10.3 O treinamento será promovido nas dependências da SUDAM, em Belém, para grupo de até 15 (quinze) servidores e/ou contratados designados pela Fiscalização, sem qualquer ônus adicional para a SUDAM.

10.4 O treinamento deve constar no mínimo:

- a) Comissionamento do sistema;*
- b) Operação e monitoramento dos elevadores;*
- c) Programação de eventos, comandos e alarmes;*
- d) Obtenção de relatórios;*
- e) Boas práticas de uso; e,*
- f) Esquemas de atuação em condições de Incêndio e/ou Pânico.*

Não obstante a interessada realize treinamentos de pessoal para fins de operação em elevadores, importante esclarecer que alguns tipos de atividades são de atribuição exclusiva de técnicos aptos à operação dos sistemas, o que não inclui os clientes/contratantes.

Dessa forma, em primeiro lugar, deve a Administração esclarecer a abrangência do treinamento que deverá ser realizado e para quem será ministrado, conforme mencionado no edital.

Importante referir que os serviços de manutenção, programação e remoção de passageiros presos somente podem ser prestados por **profissionais especializados da empresa que presta assistência técnica e membros do corpo de bombeiros**, nos termos da **NBR 16083:2012**, acerca dos requisitos para instruções de manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes, que determina que incumbirá ao proprietário do elevador, o dever de informar à empresa Contratada da ocorrência da situação anormal, conforme se verifica do que segue:

4 Elaboração de instrução de manutenção

4.3.2.7 O proprietário deve informar à empresa de manutenção:

- a) imediatamente após percepção de qualquer operação anormal da instalação ou qualquer mudança anormal em seu ambiente direto;*
 - b) imediatamente após colocar a instalação fora de serviço em caso de situação anormal;*
 - c) após qualquer intervenção de resgate por profissionais autorizados e instruídos corretamente (ver Seção 6);*
- (...)

Convém salientar que a alínea ~~6a~~ refere-se à intervenção de resgate deve ser feita por profissionais autorizados, os quais estão arrolados na Seção 6 da mesma norma, a qual estabelece:

6 Informações ao proprietário para operações de resgate de pessoas presas em elevadores

*O resgate de pessoas presas em elevadores **deve ser executado somente pela empresa de manutenção, ou pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar ou órgão que o substitua.***[GRIFADO]

Nessas circunstâncias, as empresas que têm por escopo a fabricação e manutenção de elevadores **não podem ministrar cursos para o resgate de passageiros em elevadores**, tampouco deixar em poder do contratante a chave para resgate de passageiros ou manuseio no equipamento.

Sendo assim, diante da omissão do Edital no ponto, requer a ora Impugnante o esclarecimento quanto à abrangência do treinamento de operação de responsabilidade da licitante vencedora e quanto ao pessoal para o qual deverá ser ministrado, para fins de análise da viabilidade e custos relacionados à obrigação.

DA RESPONSABILIDADE PELAS OBRAS CIVIS E ELÉTRICAS

Extrai-se do item abaixo colacionado que o edital prevê que a responsabilidade pelas obras civis e elétricas de adequação do local, serviços meramente complementares ao objeto, será da Contratada:

5.2.3.3. O serviço de instalação dos elevadores inclui preparação, eventuais obras civis e montagem das máquinas.

Ocorre que, tais serviços não podem ser realizados pelas empresas participantes do certame, na medida em que as empresas fabricantes de elevadores não têm como objeto a realização de obras de alvenaria ou civis, mas sim a **metalurgia**, especialidade metal mecânica.

Uma vez que os serviços são complementares ao objeto principal do certame (fornecimento e instalação de equipamentos de transporte vertical) e não podem ser prestados pelas fabricantes dos equipamentos, os serviços de adequações civis e elétricas dos

locais de instalação devem ser realizados pelo próprio Órgão Público CONTRATANTE.

Dessa forma, requer a impugnante que seja devidamente alterado o edital, determinando que as obras de adequação civis e elétricas sejam de responsabilidade do CONTRATANTE, uma vez que configuram atividades inerentes à contratação, mas afastadas do objeto social das fabricantes de elevador.

DOS PERCENTUAIS DE FATURAMENTO

Verifica-se, ainda, que o edital aponta como elemento de despesa a rubrica ~~5.1~~, que compreende tanto a prestação de serviços (instalação), quanto o fornecimento de material (equipamento), consoante se extrai do item que segue:

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União.

18.2 Os serviços previstos no item 4.1 correrão na seguinte dotação orçamentária:

17.2.1. Fonte: 010000000;

17.2.2. Elemento de Despesa: 44905192;

17.2.3. Programa de Trabalho: 04.122.2111.2000.0001

18.3 Os serviços previstos no item 4.2 correrão na seguinte dotação orçamentária.

17.3.1. Fonte: 280532020;

17.3.2. Elemento de Despesa: 33909302;

17.3.3. Programa de Trabalho: 04.122.2111.2000.0001

Ocorre que tal previsão causa incerteza quanto à distribuição das notas fiscais que serão emitidas pela contratada, pois não há especificação no tocante ao percentual de emissão de notas fiscais de serviços e materiais. Tal esclarecimento se faz necessário em virtude da necessidade de faturamento, mediante emissão de notas fiscais, pela contratada, com a informação do percentual de cada tipo de despesa: **X% material, Y% serviço**.

Observa-se que toda a contratação decorrente do processo licitatório é estritamente vinculada aos preceitos do edital, daí porque o princípio da publicidade é tão caro às licitações, na medida em que as previsões do ato convocatório vinculam todos os atos futuros dos contraentes.

Por isso, a especificação da composição do preço e os respectivos percentuais de serviços/material são imprescindíveis não só para o correto faturamento durante a execução contratual, mas até mesmo para avaliação dos custos e encargos incidentes para formulação da proposta.

Dessa forma, para um correto faturamento do preço e emissão de notas fiscais pela empresa contratada, importante se faz, desde logo, o esclarecimento quanto à divisão percentual das notas fiscais que deverão ser emitidas: **Y% SERVIÇOS / X% MATERIAL**.

Alternativamente, que seja expressamente autorizada a emissão das Notas Fiscais conforme a legislação fiscal, observando a natureza do fato gerador.